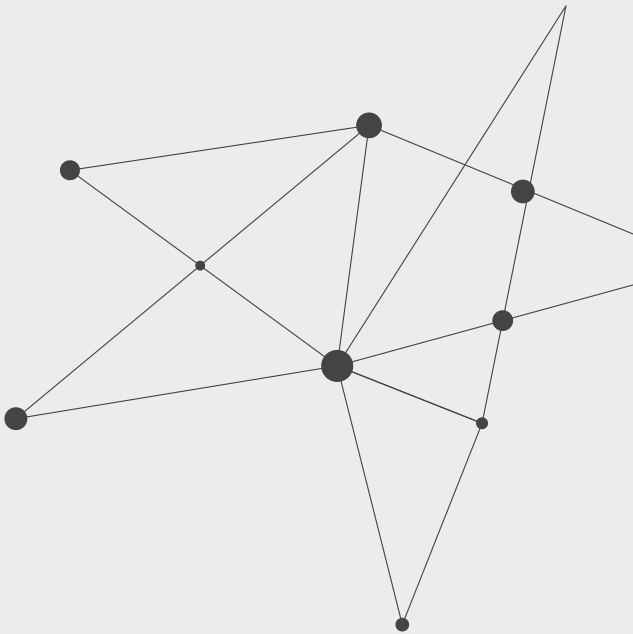




Caderno para entender o

BRICS



Maria Elena Rodriguez

Marta Fernández

Renan Guimarães Canellas de Oliveira



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



BRICS+
em Diálogo

Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think thank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

Diretora do Instituto de Relações Internacionais

Isabel Rocha de Siqueira

Diretora BRICS Policy Center

Marta Fernández

Diretora Adjunta

Maria Elena Rodriguez

Coordenadora Administrativa

Lia Frota e Lopes

Comunicação

Isabelle Bernardes e Luiz Segretto

Gerente de Projetos

Clara Costa

Assistente de Projetos

Luana Freitas



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

Rua das Laranjeiras, 307, 3º andar – Casas Casadas | Laranjeiras. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22240-004

www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

Autores:

Maria Elena Rodriguez

Marta Fernández

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Design:

Ana Dibiasi

BPC Papers V.11. N. 06 - Dezembro/2024.

Rio de Janeiro. PUC.

BRICS Policy Center

ISSN: 2357-7681

48P, 19cm x 25cm

Palavras-chave: 1. Brics; 2. Multilateralismo; 3. Nova Governança.

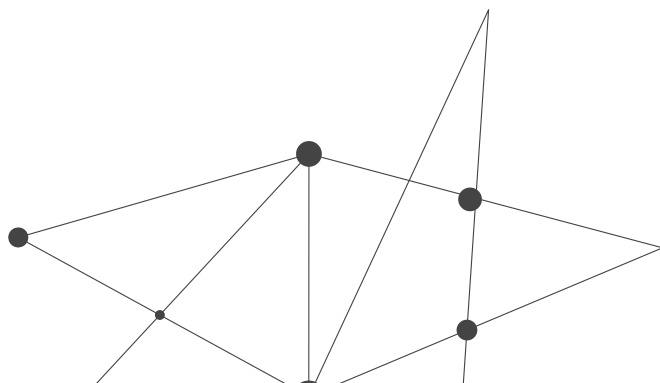
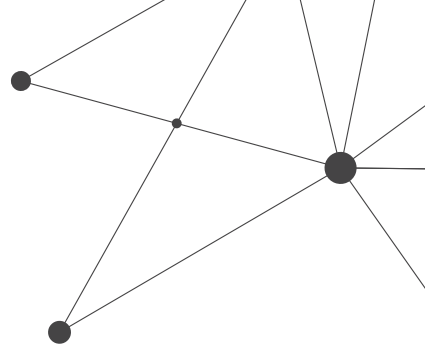


BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Sumário

BRICS: O que é?	6
Formação e expansão: do BRIC ao BRICS+	7
O que une o BRICS?	9
BRICS: Como funciona?	15
Qual o papel do Brasil nos BRICS?	22
Relações Intra-BRICS	23
Novo Banco de Desenvolvimento	27
BRICS na governança global	34
O engajamento da sociedade civil no BRICS	37
Rumo à Cúpula	40
Referências	41



BRICS: O que é?

O BRICS é um agrupamento formado pelas maiores economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia.

Seu principal propósito é promover a transformação do sistema de governança global estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, por meio da reforma das instituições financeiras tradicionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por exemplo. Além disso, busca contribuir para a construção de uma ordem multipolar que reflita a distribuição de poder do século XXI.

Desde 2009, o agrupamento realiza reuniões anuais, chefiadas por um de seus países-membros. A primeira Cúpula do BRIC - ainda sem a África do Sul - ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia. A partir de 1º de janeiro de 2025, o Brasil assumirá a presidência rotativa do BRICS, sob o lema **“Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”** (Vieira, 2024).



Brasil



Rússia



Índia



China



África do Sul



Egito



Emirados Árabes Unidos



Etiópia



Irã



Indonésia

Formação e expansão: do BRIC ao BRICS+

O acrônimo 'BRIC' (Brasil, Rússia, Índia e China) teve origem no início dos anos 2000, cunhado por Jim O'Neill (2001), economista britânico do Goldman Sachs, para descrever um grupo de países emergentes que, segundo as previsões de O'Neill, viveria um crescimento expressivo em suas economias e sua participação no produto mundial se tornaria mais expressiva nos dez anos subsequentes.

Como aponta Stunkel (2013), O'Neill não levou aspectos políticos em consideração e projetou um grupo baseado exclusivamente em indicadores econômicos. Pela própria natureza institucional do Goldman Sachs (um banco de investimentos), o texto tinha como propósito alertar investidores de longo prazo sobre economias que poderiam apresentar um crescimento mais vigoroso em comparação com as economias mais avançadas, conforme as projeções (Ramalho, 2017). Apesar de ter surgido como um alerta, o acrônimo logo ganhou proeminência internacional (Lima, 2013), ao passo que os próprios chefes de Estado e de Governo do Brasil, Índia e Rússia passaram a se auto-referir como membros do BRIC (Stunkel, 2013).

Foi neste contexto que em julho de 2006, os líderes dos países BRIC se reuniram pela primeira vez em São Petersburgo, na Rússia, às margens da Cúpula do G8 - grupo de países

considerados os mais desenvolvidos e influentes do mundo que inclui Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia (esta última até 2014, data da anexação da Criméia). Em setembro do mesmo ano, os ministros de Relações Exteriores dos países BRIC se encontraram às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas, ainda informalmente.

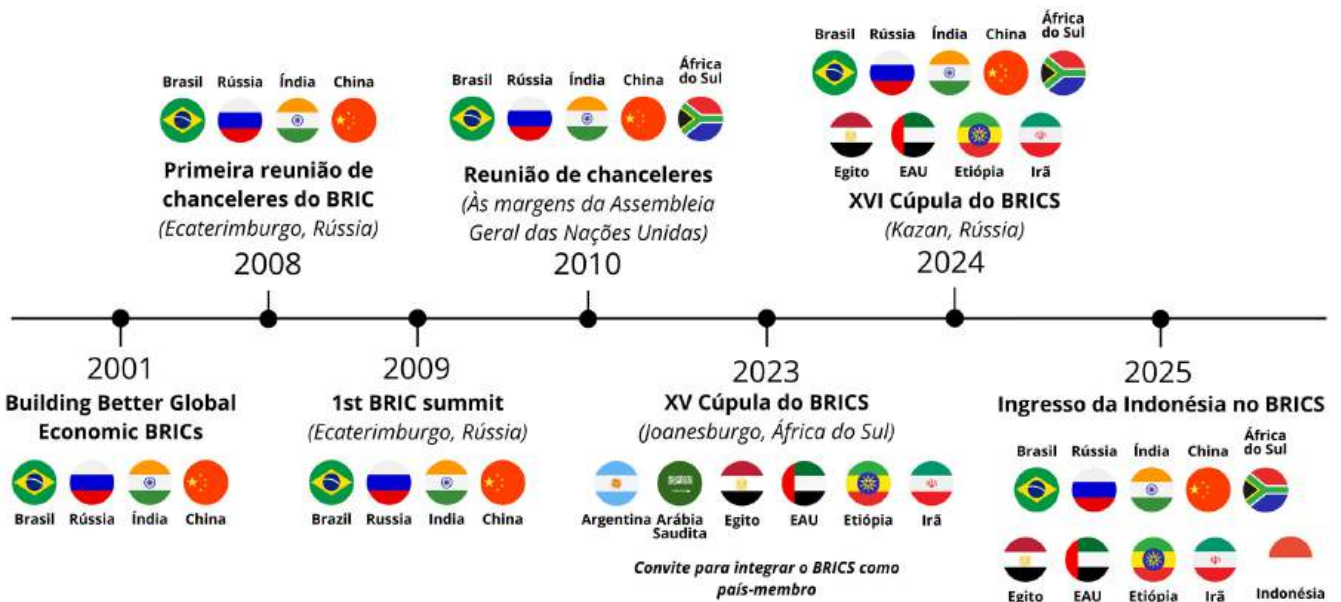
Já em 2008, a Rússia organizou uma reunião com os ministros de Relações Exteriores do Brasil, Índia e China que enfatizaram as perspectivas do diálogo do BRIC com base na confiança e no respeito mútuos, nos interesses comuns e na semelhança de abordagens em relação aos problemas urgentes do desenvolvimento global (BRIC, 2008). Segundo Reis (2013), esta reunião representou o ponto em que o BRIC deixou de ser apenas um acrônimo que designava quatro países emergentes na economia global, transformando-se em uma entidade político-diplomática. O ano de 2009 ficou marcado pela realização da primeira cúpula do BRIC, quando os chefes de Estado Lula da Silva (Brasil), Dmitry Medvedev (Rússia), Manmohan Singh (Índia) e Hu Jintao (China) encontraram-se em Ecatimburgo, Rússia. Na ocasião, os países concordaram em promover o diálogo e a cooperação intra-BRIC de forma incremental, proativa, pragmática, aberta e transparente, com o objetivo de construir um

mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum (BRIC, 2009).

Foi somente na reunião de chanceleres do BRIC, realizada à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2010 que a incorporação da África do Sul foi decidida, sendo convidada para participar da III

Cúpula do agrupamento em 2011, realizada em Sanya, China - dando origem ao BRICS. Desde então, o agrupamento seguiu realizando cúpulas anuais, firmando-se como um mecanismo político-diplomático alternativo às instituições tradicionais do pós-guerra, formado apenas por países que se auto-representam como *em desenvolvimento*.

Imagem 01: Linha do tempo da expansão do agrupamento



Fonte: Elaboração própria

Após mais de 10 anos (2023) com a mesma formatação, durante a XV Cúpula do BRICS em Joanesburgo, África do Sul, o agrupamento deu um novo passo em sua expansão, convidando seis países: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia¹ e Arábia Saudita. Ainda em 2023, Javier Milei, recém-eleito presidente da Argentina, recusou o convite e a Arábia Saudita ainda não formalizou a sua adesão.¹ Com exceção deste, os outros cinco países passaram a compor o agora conhecido como BRICS+ em 1º de janeiro de 2024.

De acordo com Herrero (2024), a China exerceu um papel central na expansão do agrupamento. Além da China, a Rússia também apoiou a expansão, com o objetivo de se proteger do isolamento e sanções ocidentais, resultado da invasão militar promovida na Ucrânia em 2022. Independente da motivação em jogo, a adição de novos membros torna o BRICS mais representativo dos países em desenvolvimento e fortalece suas vozes no cenário global.

Durante a XVI Cúpula do BRICS, realizada em 2024, em Kazan, Rússia, foi anunciada a criação de uma nova categoria de adesão de pa-

íses à estrutura do agrupamento. Na Declaração de Kazan (BRICS, 2024), documento final da Cúpula, o agrupamento confirmou o estabelecimento da categoria de **'Países Parceiros do BRICS'**: países que poderão integrar o grupo, mas com uma participação limitada e sem direito a voto. Os convites foram feitos pela Rússia, consultando se os países realmente desejam entrar no agrupamento na categoria de Parceiros. Desde janeiro de 2025, já sob a presidência brasileira, o agrupamento passou oficialmente, a contar com os seguintes países parceiros: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

Também em janeiro, o Itamaraty confirmou o ingresso formal da Indonésia como membro pleno no agrupamento. A candidatura do país do sudeste asiático havia recebido o aval dos outros membros em agosto de 2023, no contexto do processo de expansão do quadro de membros plenos do BRICS. Mas em função da realização de eleições presidenciais em 2024, a Indonésia comunicou formalmente ao grupo o seu interesse de ingressar no BRICS somente após a formação de novo governo.

1. Devido à não adesão oficial da Arábia Saudita, até a data da publicação deste Caderno, os dados sobre o este país não foram considerados.

O que une o BRICS?

Nos primeiros anos do século XXI, os países BRICS passaram por grandes transformações político-econômicas: o Brasil passou à posição de sexta maior economia do mundo (2011); China ascendeu ao posto de segunda maior economia (2010); Rússia estabilizou-se economicamente, situando-se como a décima primeira maior economia (2010); Índia manteve elevadas taxas de crescimento anuais, posicionando-se em nono lugar (2010); e África do Sul destacava-se por ser a maior economia do continente africano, responsável por 14% do PIB africano (Reis, 2013).

Para além do fato de que todos os países do BRICS estavam vivenciando um crescimento econômico expressivo, restavam poucas características que os uniam: eram grandes em território e população, além de que não faziam parte do grupo de países desenvolvidos. As diferenças entre os países são marcantes: Rússia, Brasil e África do Sul atuam como exportadores de matérias-primas, enquanto Índia e China dependem da importação desses recursos; Brasil e África do Sul não possuem armas nucleares, ao contrário da Rússia, China e Índia, sendo esta última não signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP); China e Rússia configuraram-se como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, posição não ocupada por

Brasil, Índia e África do Sul (Stuenkel, 2013); todos possuem trajetórias de desenvolvimento e modelos de organização social distintos (Leão, 2013).

Tendo em vista tamanha heterogeneidade, o que une os países BRICS?

O principal ponto de convergência entre eles, para além das questões econômicas, territoriais e populacionais, era o fato de que esses países, com exceção do caso particular do Conselho de Segurança das Nações Unidas (no que se refere à China e à Rússia), não estavam no centro decisório dos principais regimes internacionais criados no pós-Segunda Guerra Mundial (Cozendey, 2013). Ao mesmo tempo que era perceptível a importância dos países BRICS para a economia mundial, estes eram ainda excluídos do “núcleo duro do poder econômico” (Reis, 2013, p. 53) - o G7 (agrupamento formado por Canadá, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Reino Unido) (Reis, 2013). O BRICS surge, então, como uma nova instância de articulação e coordenação entre países em desenvolvimento, em um contexto no qual as instituições do pós-guerra, principalmente financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passavam por um acúmulo de falta de representatividade e, portanto, de legitimidade.

Nesse sentido, o BRICS emerge com um principal denominador comum: “uma afinidade (...) na leitura crítica da distribuição de poder nos sistemas de governança global” (Leão, 2013, p. 77). Apesar de contestar sua legitimidade, o agrupamento podia ser visto como um mecanismo político-diplomático que almejava complementar, em vez de competir

com ou substituir, o sistema de governança global vigente.

Com a entrada da África do Sul no agrupamento, o texto final da III Cúpula do BRICS, realizada em 2011 em Sanya, China, pontuou objetivos que podem ser entendidos como pilares da agenda política do agrupamento. O texto, de forma geral, defende:

- ◆ a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança, com o objetivo de torná-la mais eficaz, eficiente e representativo, para que possa lidar com os desafios globais de hoje com mais sucesso. A China e a Rússia reiteram a importância que atribuem ao status da Índia, do Brasil e da África do Sul nos assuntos internacionais, e entendem e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel mais importante na ONU;
- ◆ que a estrutura administrativa das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças na economia mundial, aumentando a voz e a representação das economias emergentes e dos países em desenvolvimento;
- ◆ a reforma e o aprimoramento do sistema monetário internacional, com um sistema de moeda de reserva internacional de base ampla que proporcione estabilidade e previsibilidade (BRICS, 2011).

Como discutido, durante a XV Cúpula do BRICS, novos países foram convidados a fazer parte do agrupamento, tornando-o ainda mais heterogêneo. Para dar mostras da heterogeneidade resultante desta Cúpula, podemos sinalizar:

(i) a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Irã são grandes exportadores de petróleo e gás natural, além de serem emissores per capita significativos de CO₂, ao passo que as emissões da Etiópia são ínfimas;

(ii) a Etiópia sofre com níveis agudos de subnutrição, 21,90%, enquanto a subnutrição no Irã e Egito figura em torno de 6 e 7% - Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos possuem níveis menores que 4% (FAO, 2024);

(iii) em termos de representação geográfica, Etiópia e Egito fortalecem a presença africana no grupo, enquanto Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã representam o Oriente Médio e a América Latina segue subrepresentada com a presença exclusiva do Brasil depois da não aceitação do convite pela Argentina.

Com a mais recente expansão, a homogeneidade do grupo é novamente posta em questão, e a pergunta retorna: **o que une os países BRICS+?**

Como indicou o presidente chinês, Xi Jinping, na última Cúpula do BRICS, em Kazan, as “dinâmicas de poder internacional estão passando por mudanças profundas, mas a reforma da governança global tem ficado para trás por muito tempo” (Xi, 2024, s.p., *tradução nossa*). Para ele, o BRICS deve se transformar no “canal principal para fortalecer a solidariedade e a cooperação entre as nações do Sul


Global e em uma vanguarda para o avanço da reforma da governança global” (Xi, 2024, s.p., *tradução nossa*).

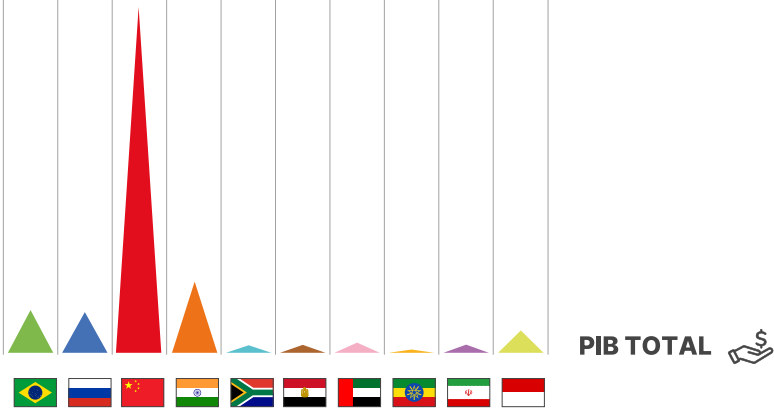
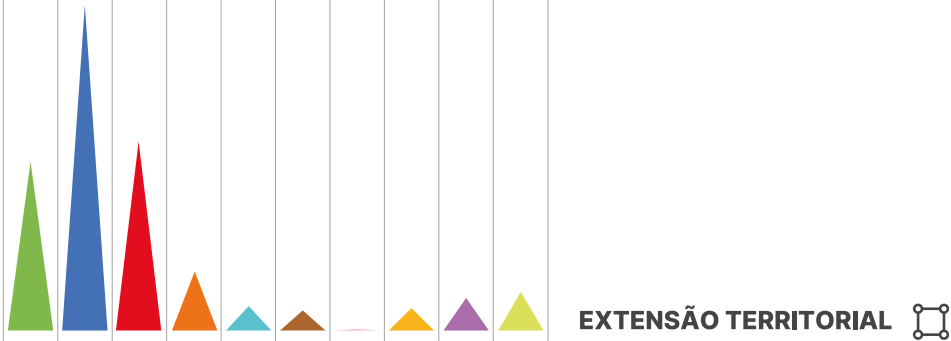
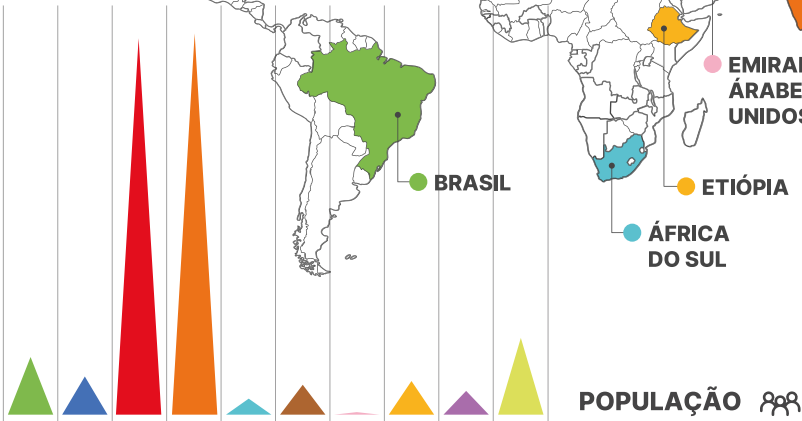
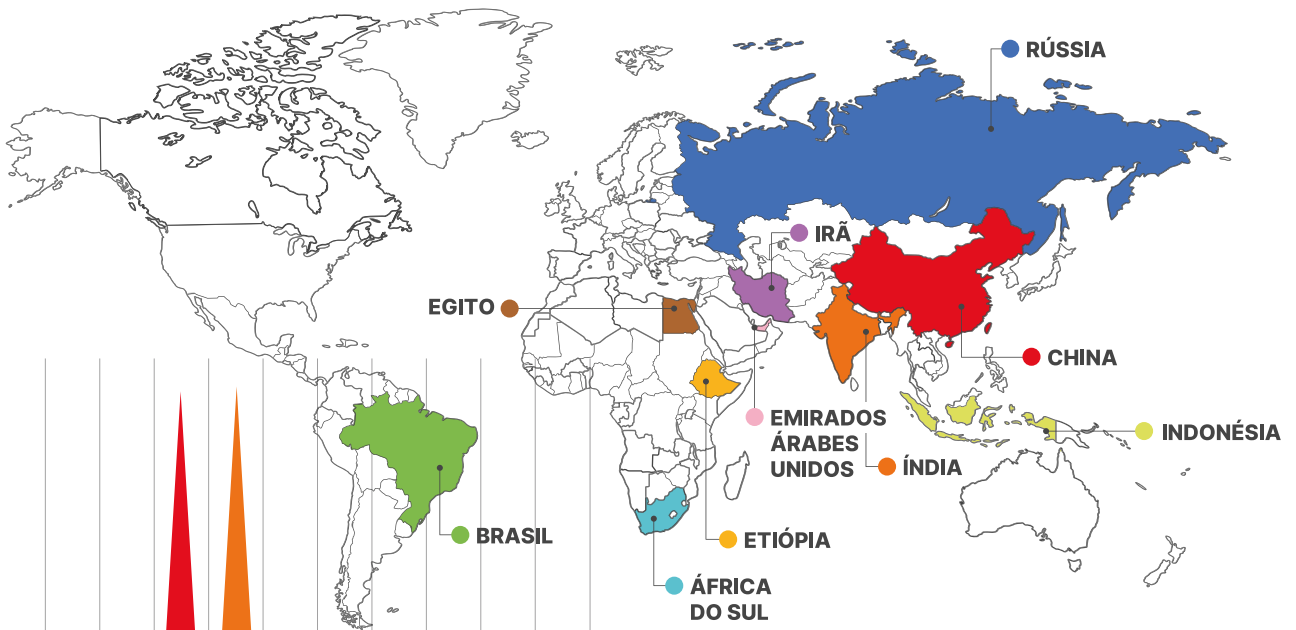
Para Modi, primeiro-ministro indiano, a força do BRICS reside na forte crença dos países-membros em diversidade e multipolaridade (Modi, 2024). O presidente brasileiro, Lula da Silva, ecoa essa posição: “queremos reafirmar a vocação do bloco na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países” (Da Silva, 2024, s.p.).

Nesse sentido, apesar das diferenças entre os países do agrupamento, o que une os pa-

íses BRICS+ segue sendo o objetivo compartilhado desde a formação do BRIC em 2008: promover uma maior representatividade do sistema de governança global com uma reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU e as insti-

tuições de Bretton Woods, além de propor alternativas para o fomento às economias emergentes, como é o caso do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) criado em 2014, na Cúpula de Fortaleza, Brasil.

	 POPULAÇÃO (2023/mi)	 EXTENSÃO TERRITORIAL	 PIB TOTAL (2023/mi)	
 Brasil	216,422.45	8,358,140.0 km ²	US\$ 2,173,665.66	
 Rússia	143,826.13	16,376,870.0 km ²	US\$ 2,021,421.48	
 China	1,410,710.00	9,388,210.0 km ²	US\$ 17,794,781.99	
 Índia	1,428,627.66	2,973,190.0 km ²	US\$ 3,549,918.92	
 África do Sul	60,414.50	1,213,090.0 km ²	US\$ 377,781.60	
 Egito	112,716.60	995,450.0 km ²	US\$ 395,926.08	
 Emirados Árabes Unidos	9,516.87	71,020.0 km ²	US\$ 504,173.45	
 Etiópia	126,527.06	1,128,571.3 km ²	US\$ 163,697.93	
 Irã	89,172.77	1,622,500.0 km ²	US\$ 401,504.51	
 Indonésia	281,190.07	1,892,555 km ²	US\$ 1,371,171.15	



Fonte: Elaboração própria

BRICS: Como funciona?

Assim como o G7 e o G20, o BRICS é uma instituição - ou agrupamento - multilateral informal. Esses arranjos são considerados plataformas flexíveis e não institucionalizadas para engajamento entre países (Larinova, 2018). Geralmente, esses agrupamentos são chamados de “clubes”, devido principalmente ao número limitado de membros e processos de adesão/expansão praticamente inexistentes. Contudo, a expansão recente do BRICS aponta para o oposto: um agrupamento preocupado em ser um canal mais aberto e mais representativo das demandas dos países do Sul Global. Como o presidente Lula afirmou: “os BRICS não podem ser um clube fechado. O G7 é um clube fechado” (Da Silva apud Toledo, 2023, s.p.).

É importante notar, também, que nessas instituições informais, como o BRICS, os Estados não transferem determinados níveis de autoridade para burocratas internacionais, como é feito em organizações internacionais, como a ONU. Dessa forma, os Estados preservam seu controle soberano sobre o desenho e a agenda dessas instituições.

Além disso, os compromissos contidos em seus documentos acordados coletivamente não são juridicamente vinculantes, como tra-

tados internacionais, mas sua implementação é estimulada pela pressão política e moral dos pares. Como em qualquer instituição multilateral, o BRICS se fundamenta em princípios de reciprocidade generalizada, nos quais os Estados assumem compromissos compartilhados e acordam em agir de maneira cooperativa, independentemente do nível de institucionalização.

Contudo, faz-se necessário pontuar que informalidade é uma característica distinta de falta de legitimidade. A presença de 36 líderes (entre estes, chefes de Estado e de Governo) na Cúpula de Kazan demonstra a consolidação da legitimidade e reconhecimento do agrupamento como um importante espaço da governança global. Em concomitância, o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, ainda que seja uma instituição completamente independente, aponta para um maior grau de institucionalização do BRICS, ao passo que controla uma plataforma normativa capaz de influenciar a formulação de regras na esfera do desenvolvimento global (Abdenur e Folly, 2015). Para além do NDB, a criação do Acordo de Reserva Contingente do BRICS é outro mecanismo que garante um pouco mais de institucionaliza-

ção ao agrupamento. Seu objetivo é fornecer apoio por meio de liquidez adicional e outros meios aos países do BRICS em tempos de crise econômica (BRICS, 2023b).

A presidência do BRICS é rotativa, ou seja, é alternada anualmente entre os países-mem-

bros. O presidente define as prioridades e o calendário de eventos para o ano, além de sediar a cúpula e todas as reuniões relacionadas. A tabela abaixo sumariza os principais temas abordados nas dezesseis Cúpulas do BRICS até agora realizadas.

Tabela 01: Destaques das Cúpulas do BRICS

CÚPULA	LOCAL	PRINCIPAIS TEMAS
I Cúpula (2009)	Ecaterimburgo Rússia	Crise financeira de 2008 e reforma das instituições financeiras internacionais; defesa de um papel mais expressivo para Índia e Brasil nas Nações Unidas; condenação ao terrorismo internacional; segurança alimentar e combate à fome; e a defesa da diversificação dos recursos e do fornecimento de energia (BRIC, 2009).
II Cúpula (2010)	Brasília Brasil	Crítica ao protecionismo comercial e defesa do sistema multilateral de comércio; defesa da Declaração do Milênio e do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); combate à pobreza, principalmente nos países africanos; defesa da transição energética e reconhecimento da necessidade de se agir a respeito das mudanças climáticas (BRIC, 2010).
III Cúpula (2011)	Sanya China	Condenação do Terrorismo e pedido pela conclusão das negociações na ONU sobre a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional; desenvolvimento de energias renováveis; importância da energia nuclear para a matriz energética dos países BRICS; cooperação na esfera da ciência, tecnologia e inovação, incluindo o uso pacífico do Espaço (BRICS, 2011).
IV Cúpula (2012)	Nova Déli Índia	Reflexões sobre a criação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS; acordo de facilitação de extensão de crédito em moeda local; investimentos e cooperação intra-BRICS; desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, combate à fome e segurança energética (BRICS, 2012).

CÚPULA	LOCAL	PRINCIPAIS TEMAS
V Cúpula (2013)	Durban África do Sul	Viabilidade do estabelecimento de um Novo Banco de Desenvolvimento para financiamento de infraestrutura nos países BRICS e da criação de um Arranjo Contingente de Reservas; integração e cooperação com o continente africano (BRICS, 2013).
VI Cúpula (2014)	Fortaleza Brasil	Estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD); assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS; conclusão do Acordo de Cooperação sobre Inovação no âmbito do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS; relações BRICS-América do Sul; investimento em tecnologias de informação e comunicação (TICs) (BRICS, 2014).
VII Cúpula (2015)	Ufa Rússia	Estratégia para Parceria Econômica dos BRICS; expansão do uso de moedas nacionais nas transações intra-BRICS; combate à corrupção, às drogas, ao crime organizado transnacional e à pirataria; uso pacífico do Espaço; governança da internet e importância das TICs (BRICS, 2015).
VIII Cúpula (2016)	Goa Índia	Adoção da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); geração e distribuição eficiente de energia, além da descarbonização das matrizes e outras soluções de energia limpa; combate ao HIV e à tuberculose (BRICS, 2016).
IX Cúpula (2017)	Xiamen China	Economia digital e e-commerce; desenvolvimento sustentável, transição e segurança energéticas e mudanças climáticas; intercâmbios interpessoais intra-BRICS; e governança global da saúde (BRICS, 2017).
X Cúpula (2018)	Joanesburgo África do Sul	Economia circular; desigualdade de gênero e direitos das mulheres, desenvolvimento da juventude, emprego e o futuro do trabalho, urbanização, migração e envelhecimento; avanço da 4ª Revolução Industrial e possibilidades dos países BRICS nesse processo; cooperação intra-BRICS sobre turismo (BRICS, 2018).

Como podemos ver, alguns temas são transversais e bem estabelecidos nas declarações de todas as Cúpulas, refletindo as prioridades compartilhadas pelos países membros do BRICS. Entre essas temáticas, destacam-se a reforma das instituições multilaterais, a defesa de um papel mais expressivo para países do BRICS e em desenvolvimento nas Nações Unidas, a condenação do terrorismo internacional, o compromisso com a Agenda

2030 e com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável); a transição e segurança energética e mudanças climáticas. Esses pontos sublinham o compromisso do grupo em promover uma ordem internacional mais justa e inclusiva, que leve em consideração as necessidades e as aspirações dos países em desenvolvimento. A nuvem de palavras abaixo sinaliza os termos mais presentes nas Declarações das Cúpulas do agrupamento.

Imagem 02: Nuvem de palavras das Declarações conjuntas do BRICS



Fonte: Elaboração própria

Além das tradicionais reuniões de líderes (as Cúpulas), acontecem também, ao longo de todo o ano, reuniões de sherpas e sub-sherpas (onde é discutida a agenda da Cúpula por diferentes representantes dos países-membros que também avaliam a implementação do que foi decidido na Cúpula anterior), reuniões ministeriais e de chefes de agências, reuniões de altos funcionários e setoriais,

além de diversos workshops, seminários e fóruns sobre temas diversos. Destacam-se os diferentes grupos de trabalho criados para avançar em temas específicos como por exemplo Meio Ambiente, Energia, Saúde, Contraterrorismo, Tecnologias geoespaciais e suas aplicações, Ciência, Tecnologia, Informação, etc.

Box 01: Alguns Grupos de trabalho do BRICS

GT de Meio Ambiente

Estabelecido em 2015, sob a presidência russa, o GT tem por objetivo identificar e discutir áreas prioritárias de cooperação, partilhar as melhores práticas ambientais e facilitar o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos especializados ambientalmente corretos, com a participação de partes interessadas públicas e privadas.

GT de Saúde

O grupo de trabalho tem como objetivo discutir vários desafios e ameaças aos sistemas de saúde dos países BRICS, bem como perspectivas de maior cooperação em áreas como a medicina nuclear, o combate à resistência antimicrobiana e a saúde pública. É esperado o estabelecimento da Associação Médica dos BRICS e a criação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção do Risco de Doenças Infecciosas em Massa nos países dos BRICS.

GT de Energia Renováveis e Eficiência Energética

Estabelecido em 2016, sob a presidência indiana, o grupo de trabalho busca promover a cooperação intra-BRICS no domínio das redes inteligentes, da digitalização e da inteligência artificial, dos combustíveis sintéticos e da energia verde, dos painéis solares, da energia eólica e dos biocombustíveis.

GT de Antiterrorismo

Estabelecido em 2016, sob a presidência indiana, é uma plataforma que destina-se a promover o diálogo entre peritos em matérias de prevenção e luta contra o terrorismo e o extremismo, além de compartilhar boas práticas entre os países do agrupamento.

Fonte: Elaboração própria

Para além de toda estrutura política, a arquitetura do BRICS também se estende aos negócios, à academia, à mídia, aos parlamentos, aos partidos políticos, à sociedade civil e ao

esporte. Dentre as principais iniciativas estão o Conselho Empresarial do BRICS, o Conselho de *Think Tanks* do BRICS e a Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS.

Box 02: Iniciativas do BRICS

Conselho Empresarial do BRICS

Foi criado com o propósito de formar uma plataforma que facilite e fortaleça os laços de negócios, comércio e investimento entre as comunidades empresariais dos países do BRICS. Através dessa plataforma, busca-se assegurar um diálogo constante entre o setor privado e os governos desses países. Além disso, o Conselho tem o papel de identificar obstáculos e dificuldades, propondo soluções que promovam uma integração econômica e comercial mais profunda entre as nações do grupo. O Conselho foi estabelecido durante a Cúpula de Durban, em 2013 (BRICS Business Council, s.d.).

Conselho de *Think Tanks* do BRICS

É responsável por compartilhar e disseminar informações, pesquisas, análises de políticas e estudos prospectivos, além de oferecer capacitação. O Conselho também faz recomendações aos líderes do BRICS. O BTTC (sigla em inglês) é composto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Brasil), pelo Comitê Nacional de Pesquisa sobre o BRICS (NRC/BRICS) (Rússia), pela Fundação de Observação e Pesquisa (ORF) (Índia), pelo Conselho Chinês para Cooperação de Think Tanks do BRICS (CCBTC) (China) e pelo Instituto Nacional para as Humanidades e o Think Tank Sul-Africano do BRICS (SABTT) (África do Sul). A criação do Conselho de Think Tanks do BRICS (BTTC) foi proposta em uma reunião dos think tanks em março de 2013 e confirmada pelos líderes do BRICS na Cúpula de Durban, naquele mesmo ano (BTTC, s.d.).

Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS

Busca conectar os desafios enfrentados por micro, pequenas e médias empresas com a necessidade de uma inclusão econômica mais ampla das mulheres na economia. Seus objetivos incluem aumentar a participação feminina nas economias dos países do BRICS, expandir as redes empresariais lideradas por mulheres, promover o empreendedorismo feminino e fortalecer sua liderança, além de incluir empresas de mulheres nas cadeias globais de valor. A ideia de criar a Aliança foi proposta no Primeiro Fórum Internacional de Mulheres SCO e BRICS no verão de 2017. Mas foi só na Declaração de Brasília da Cúpula BRICS, em 2019, que os líderes saudaram o estabelecimento da Aliança Empresarial de Mulheres BRICS (BRICS WBA, s.d.).

Fonte: Elaboração própria

Qual o papel do **Brasil** nos BRICS?

Durante os primeiros anos do século XXI, o Brasil crescia como uma economia global e uma potência regional, enquanto o multilateralismo enfrentava uma crise. Ao passo que o Brasil se consolidava como uma potência emergente, sua diplomacia começou a sentir, com mais intensidade, a falta de legitimidade das instituições e mecanismos multilaterais do pós-guerra, que não mais representavam a distribuição de poder global (Becard, Barros-Platiu e Lessa, 2019). Nesse sentido, a emergência do BRIC (e depois BRICS) foi entendida pela política externa brasileira como um canal para ampliar a voz internacional do Brasil, principalmente no que dizia respeito à reforma das instituições internacionais.

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ARC) do BRICS em 2014, foi extremamente importante para fortalecer o significado que o agrupamento viria a ter para o Brasil. Atualmente, a arquitetura do BRICS possibilita um maior acesso a financiamento para projetos

de infraestrutura, tão necessários para países em desenvolvimento como o Brasil. Com o NDB, o BRICS ofereceu uma alternativa ao Banco Mundial e a outros bancos de desenvolvimento. Mais que apenas um canal para ampliar a voz brasileira no cenário internacional, a criação do NDB deu um significado importante para o BRICS na política externa brasileira: um facilitador do desenvolvimento sustentável.

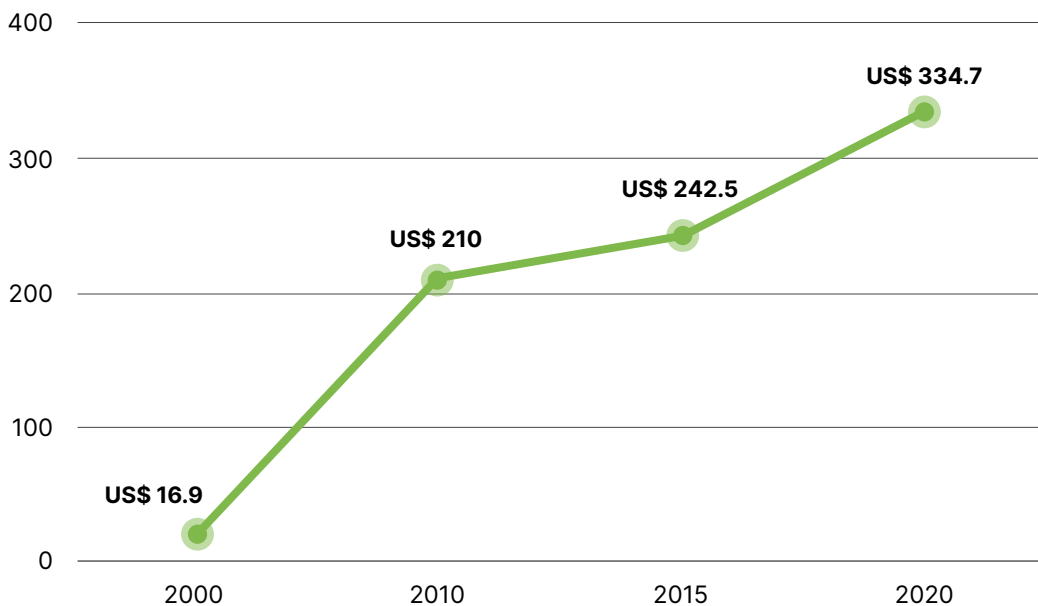
Atualmente o Brasil exerce a presidência rotativa do NDB, representado por Dilma Rousseff. A ex-presidente brasileira tomou posse em abril de 2023, indicada pelo presidente Lula. Ela substituiu o diplomata Marcos Troyjo, e seu mandato se estende até julho de 2025. Além disso, no próximo ano, a presidência rotativa do BRICS será assumida pelo Brasil, sendo este o responsável em definir as prioridades e o calendário de eventos para o ano, além de sediar a cúpula e todas as reuniões relacionadas.

Relações Intra-BRICS


Com o estabelecimento formal do agrupamento em 2008, a partir da primeira reunião de chanceleres dos BRIC em Ecaterimburgo, as relações entre os países do BRIC(S) têm se fortalecido progressivamente. Esse processo é perceptível principalmente no campo econômico.


O comércio intra-BRICS cresceu expressivamente desde o início do século XXI. Em 2000, os valores se aproximavam de US\$ 17 bilhões, mas, em 2020, a complementariedade das economias alcançou a marca de US\$ 334 bilhões em produtos comercializados, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 01: Crescimento do comércio Intra-BRICS - anos selecionados (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria

 Exportações da China	Brasil	Rússia	Índia	África do Sul	Total
2000	1,2	2,2	1,5	1,0	5,9
2010	24,4	29,6	40,9	10,7	105,9
2015	27,4	34,7	58,2	15,8	136,1
2020	34,9	50,5	66,7	15,2	167,3

 Exportações da África do Sul	Brasil	Rússia	Índia	China	Total
2000	0,2	0,0	0,3	0,3	0,8
2010	0,7	0,2	3,0	8,0	11,9
2015	0,6	0,2	3,1	7,3	11,2
2020	0,2	0,3	3,2	9,7	13,4

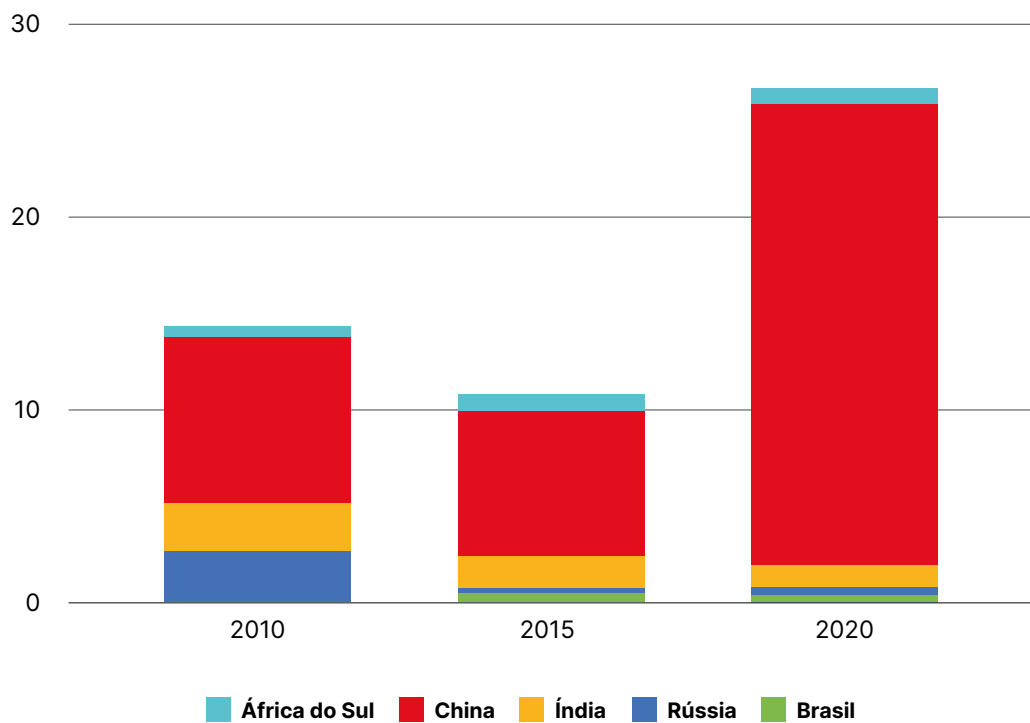
Fonte: Elaboração própria a partir de WITS, s.d.

Além das trocas comerciais, o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) intra-BRICS também desempenha um papel importante no crescimento econômico de todos os países BRICS (UNCTAD, 2023). Segundo relatório da UNCTAD (2023), os países dos BRICS estão entre os principais receptores de fluxos globais de IED, e alguns deles também são importantes fontes de IED, o que os tornam relevantes tanto como receptoras de investimentos quanto como países de origem.

Nesse sentido, os investimentos brasileiros, que totalizam US\$ 8,5 bilhões (entre 2010-2022), têm como principal destino a China,

seguida pela África do Sul como outro importante receptor de IED brasileiro. Por outro lado, a contribuição russa é modesta, somando apenas US\$ 0,8 bilhões para o total dos investimentos intra-BRICS. A Índia se destaca como a segunda maior fonte de IED dentro do bloco, com um volume de US\$ 23 bilhões, sendo a Rússia seu principal destino. A China, como esperado, é a principal origem de investimentos intra-BRICS, acumulando um total de US\$ 181,9 bilhões. Já a África do Sul desempenha um papel relevante, respondendo por US\$ 15 bilhões do total, reforçando sua posição como ator significativo no cenário de IED intra-BRICS.

Gráfico 02: Origem de IED Intra-BRICS (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de IMF, s.d.

Novo Banco de Desenvolvimento

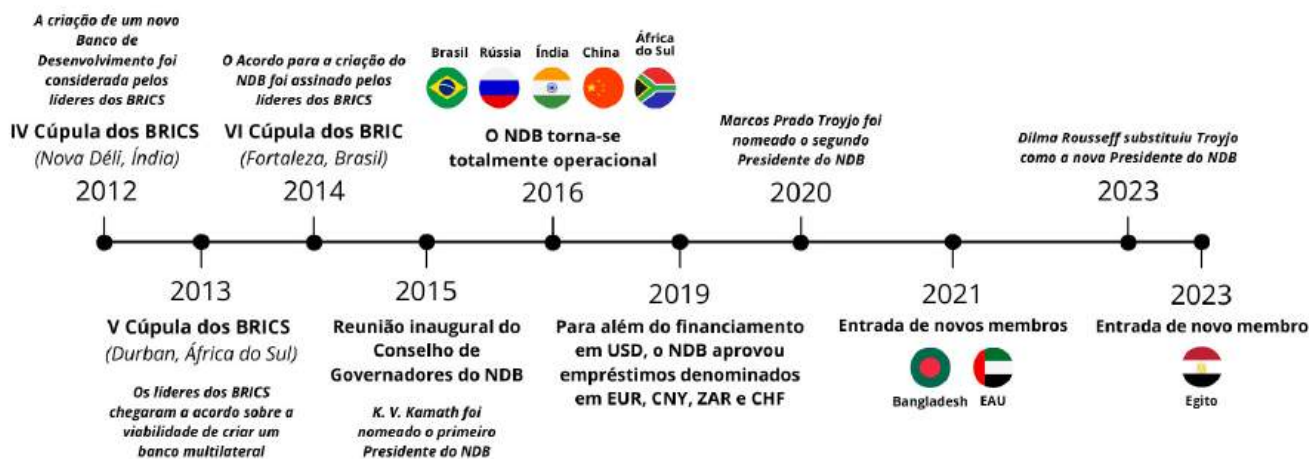
O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, da sigla em inglês, *New Development Bank*) é um banco multilateral de desenvolvimento estabelecido pelos países BRICS em 2014, durante a VI Cúpula, realizada em Fortaleza. O propósito do Banco é mobilizar recursos para infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, visando minimizar a lacuna de financiamento neste tipo de projetos que persiste nesses países (Abdenur e Folly, 2015).

O Banco está sediado em Xangai, China, e atualmente é presidido por Dilma Rousseff, indicada pelo presidente do Brasil, Lula da Silva. A presidência do Banco é exercida por 5 anos a partir de um sistema de rodízio. O primeiro país no comando do NDB foi a Índia (2015-2020). Dilma entrou substituindo o diplomata Marcos Troyjo, que havia sido indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, de modo que o seu mandato se estende até julho

de 2025, quando, em tese, será substituída por uma indicação russa. Todavia, em pronunciamento à imprensa durante a Cúpula de Kazan, o presidente Putin, da Rússia, propôs a renovação de Dilma no cargo levando em conta tanto as sanções ocidentais impostas à Rússia como o fato de que o Brasil presidirá a XVII Cúpula do BRICS (Tortella, 2024).

Atualmente, para além dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), desde 2021 o Banco iniciou um processo de expansão. Em setembro daquele ano, Bangladesh tornou-se membro do NDB, e em outubro, foi a vez dos Emirados Árabes Unidos. Em fevereiro de 2023, o Egito aderiu ao Banco. Além destes, o Uruguai já foi aceito como um futuro membro, uma vez que já foi admitido pelo Conselho de Governadores do NDB, mas se tornará oficialmente país membro assim que depositar o seu instrumento de adesão.

Imagem 03: Linha do tempo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

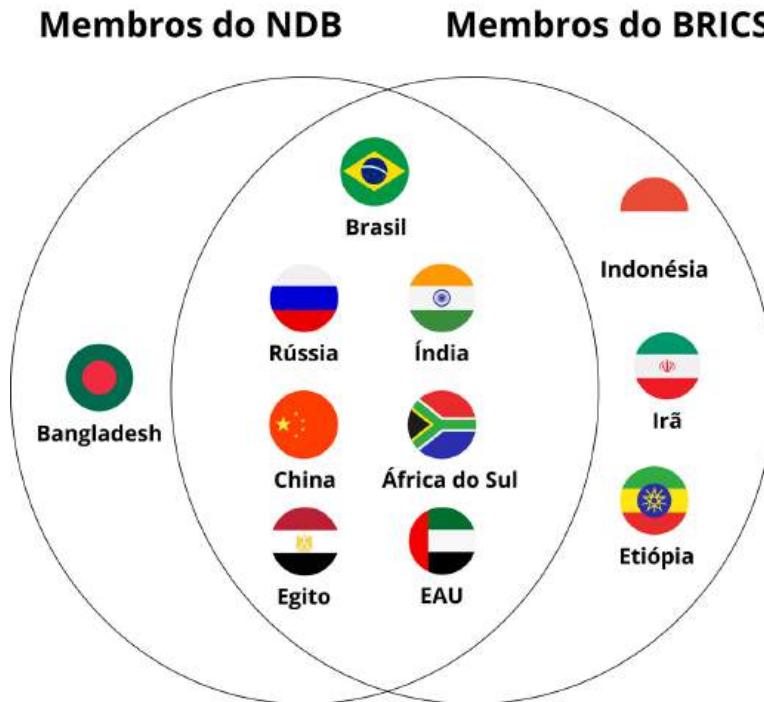


Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar, não existe uma correspondência exata entre os membros do Banco e os membros do BRICS. Os Emirados Árabes Unidos e o Egito, por exemplo, passaram a integrar o Banco antes de se tornarem membros do BRICS. Já Bangladesh e Uruguai, por exemplo, não fazem parte do BRICS nem constam da lista de possíveis Países Parcei-

ros - o Uruguai nem sequer demonstrou interesse em aderir ao grupo. Isso acontece porque, ainda que seja uma iniciativa do BRICS, o Banco é uma instituição completamente independente, possibilitando a adesão de outros países em desenvolvimento que não estejam circunscritos no agrupamento.

Imagem 04: Membros do Novo Banco de Desenvolvimento e do BRICS



Fonte: Elaboração própria

As operações do NDB se dividem nas seguintes áreas de atuação: Energia limpa e eficiência energética; Infraestrutura de transporte; Água e saneamento; Proteção Ambiental; Infraestrutura social; e Infraestrutura digital. Para além disso, durante a pandemia de COVID-19, o Banco dispôs de um programa emergencial de resposta à crise econômico-sanitária, que teve como meta fornecer até US\$ 10 bilhões em assistência relacionada à crise, incluindo apoio à recuperação econômica dos países membros (NDB, s.d b).

Conheça todos os projetos financiados pelo NDB:



Desde sua criação, o Banco tem priorizado projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável que impulsionam o crescimento econômico e melhoram a vida das pessoas em seus países membros. De acordo com o NDB, “tudo o que fazemos tem como objetivo moldar um futuro mais sustentável” (NDB, s.d. a, s.p., *tradução nossa*). Este objetivo pode ser exemplificado pela estratégia institucional do Banco, que determinou uma meta para o ano de 2026 de direcionar 40% de todos seus financiamentos para projetos voltados às mudanças climáticas, incluindo operações que contribuam para a transição energética (NDB, 2022).

De acordo com um estudo sobre a contribuição do NDB para o processo de transição energética dos países BRICS (Rodriguez et al, 2024), fica evidente os esforços que o Banco tem feito para cumprir com o seu objetivo de “moldar um futuro mais sustentável” (NDB, s.d. a, s.p., *tradução nossa*). Segundo os autores do estudo, mais de 40% dos projetos do Banco já se encontram na área da transição energética, nomeadamente em projetos de descarbonização, eficiência energética ou que envolvem ambos os fins, após dedução dos projetos relacionados com o enfrentamento da pandemia de COVID. Os autores argumentam que, entre os projetos de transição energética, é evidente um esforço específico para a descarbonização, que abrange mais de 70% de todos os projetos de transição. A China e a Índia, os principais países BRICS em

termos de consumo de combustíveis fósseis, também são os líderes em aportes para a descarbonização, que representam cerca de 40% dos seus empréstimos totais (Rodriguez et al, 2024).

O NDB que, neste ano (2024), completa 10 anos de existência, recebeu avaliações positivas dos seus membros durante a Cúpula em Kazan. O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, discursou:

Nos últimos dez anos, este banco surgiu como uma opção importante para responder às necessidades de desenvolvimento dos países do Sul Global. (...) O NDB deve continuar a funcionar com base no princípio da procura. Além disso, ao expandir o banco, deve continuar a ser prioritário assegurar a sustentabilidade financeira a longo prazo, uma notação de crédito sólida e o acesso ao mercado (Modi, 2024, s.p., *tradução nossa*).

Durante esta última Cúpula, Xi Jinping, líder chinês, acenou para a necessidade de alargar e reforçar o NDB (Xi Jinping, 2024), sendo assim possível “assegurar que o sistema financeiro internacional reflita de forma mais eficaz as mudanças no panorama econômico mundial” (Xi, 2024, s.p., *tradução nossa*).

Ainda neste ano (2024), é importante destacar o aporte do NDB de US\$ 1,115 bilhões (aproximadamente R\$ 5,7 bilhões) para apoiar a reconstrução do Rio Grande de Sul

e para reestruturação de sua economia, estado atingido por fortes chuvas e enchentes entre os meses de maio e abril de 2024 (Rousseff, 2024). O montante será desembolsado em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o Banco do Brasil e o BRDE (Banco Regional de

Desenvolvimento do Extremo Sul) para projetos de proteção ambiental; infraestrutura; água e saneamento básico; prevenção de desastres; infraestrutura agrícola, projetos de armazenagem e infraestrutura logística; desenvolvimento e mobilidade urbana e recursos hídricos (Brasil, 2024).

Box 03: o uso das moedas locais

O dólar assumiu a posição de principal moeda na economia internacional no período pós-guerra, devido à desestruturação das economias europeias e à ascensão dos Estados Unidos como grande potência do mundo capitalista. O domínio do dólar se mantém desde os anos 1950, apesar das instabilidades conjunturais significativas. Entre esses desequilíbrios, estão a ruptura do regime de câmbio fixo decorrente do Acordo de Bretton Woods, nos anos 1970, a Crise Financeira Global de 2008 e a internacionalização do marco alemão e do iene japonês, nos anos 1980. Além disso, o lançamento do euro nos anos 1990 também impactou o cenário financeiro, mas sem comprometer a hegemonia do dólar (Cunha, Peruffo e Ferrari, 2023).

O domínio do dólar na economia mundial permite aos EUA controlar ativos financeiros soberanos estrangeiros, congelá-los ou prendê-los dentro dos sistemas técnicos e regulatórios existentes, além da capacidade unilateral de impor sanções (Arnold, 2024).

Nesse contexto, nos últimos anos, os países BRICS têm defendido a importância de aumentar o **uso de moedas locais** em transações comerciais e financeiras entre os países do agrupamento. Esse processo é popularmente conhecido como “**desdolarização**”. No entanto, o uso de moedas locais em transações intra-BRICS, seja no comércio ou por meio de IED, não significa necessariamente que esses países estariam “desdolarizando” suas economias por completo, mas é o início de um movimento mais abrangente e de longo prazo.

Para os países BRICS, o uso de moedas locais em suas transações significa diminuir sua exposição a choques econômicos ligados ao dólar e às políticas monetárias dos EUA.

Mesmo que desde 2015 a Cúpula do BRICS já trazia a recomendação do uso de moedas locais, o alarme disparou após as sanções impostas unilateralmente pelos EUA à Rússia em 2022. Os esforços para utilizar moedas nacionais em transações internacionais, para construir ou reforçar sistemas de pagamentos alternativos e até para criar uma nova moeda de referência do BRICS foram intensificados.

Dentro da arquitetura do BRICS, o NDB é um importante instrumento que demonstra o esforço do agrupamento de introduzir outras moedas nos processos de financiamento ao desenvolvimento, por exemplo. Desde 2019, o banco também realiza aportes em moedas diferentes do dólar, como o renminbi chinês e o rand sul-africano. Em 2024, o Brasil obteve seu primeiro financiamento em renminbi no valor de RMB 1,5 bilhões para a construção de uma planta de energia eólica na Paraíba pela empresa China Three Gorges Brasil.

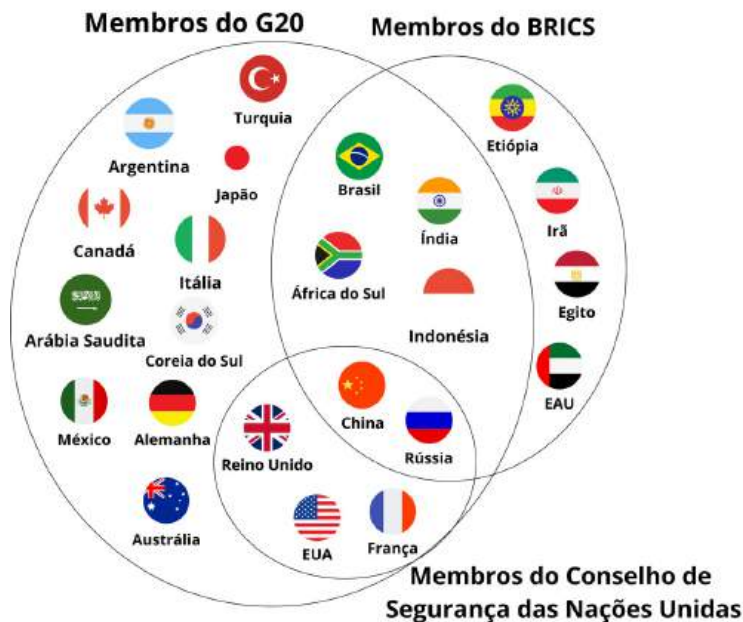
Fonte: Elaboração própria

BRICS na governança global

O século XXI é marcado pela ascensão de novas potências emergentes na economia mundial, como Brasil, Índia, África do Sul e tantas outras, que ao mesmo tempo permaneciam marginais nos principais espaços multilaterais e instituições financeiras internacionais, como a ONU e o FMI. Esse contexto afastava esses países dos principais processos decisórios internacionais, fazendo

com que as principais arenas internacionais se tornassem pouco representativas da distribuição de poder global. Ainda assim, a participação destes na governança global e nos espaços multilaterais de engajamento não era nula. O diagrama abaixo sinaliza a membresia dos países BRICS em dois dos principais espaços de governança global: o G20 e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Imagem 05: Sobreposição de membros do BRICS, G20 e Conselho de Segurança das Nações Unidas



Fonte: Elaboração própria

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS original) são membros do G20 - importante fórum de coordenação da arquitetura financeira mundial formado pelas principais 20 economias do mundo. Segundo Azera (2024), durante os primeiros anos do agrupamento, os países BRICS e as potências emergentes em geral, entendiam que pressões sobre o G7 poderiam ser exercidas no âmbito do G20, ampliando as chances de reformas nas estruturas de governança global. Ao longo dos anos, os avanços institucionais do G20 fortaleceram o poder de barganha das nações em desenvolvimento, acompanhando o crescente peso do Sul Global nos mercados internacionais. Neste período, as reuniões do BRICS evidenciavam o interesse do bloco em participar ativamente na consolidação do G20.

Nos últimos anos, como aponta Azera (2024), os países BRICS têm enfrentado uma redução em sua capacidade de ação conjunta frente ao G20, resultado principalmente da crescente individualização de suas agendas. O autor destaca o caso da China, que tem reduzido seu engajamento no G20, evidenciado pela ausência de Xi Jinping no encontro do fórum em Nova Déli em 2023. Essa ausência pode ser explicada por dois motivos: o descontentamento das lideranças chinesas com a atual conjuntura da governança global e o interesse em enfraquecer o protagonismo que o governo indiano busca como representante do Sul Global. No entanto, durante a presidência brasileira do G20, em 2024, a China

voltou a se engajar ativamente no mecanismo, inclusive contando com a participação de Xi Jinping na Cúpula realizada no Rio de Janeiro, em novembro. A Rússia, por sua vez, também diminuiu sua participação, sobretudo pela impossibilidade de Vladimir Putin comparecer às Cúpulas, devido à condenação recente pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra relacionados à invasão da Ucrânia. Apesar disso, para Azera (2024), os demais membros do BRICS ainda veem o G20 como um mecanismo essencial de coordenação Norte-Sul para a governança global, como demonstram os esforços da troika na presidência do agrupamento (Índia, Brasil e África do Sul em 2023, 2024 e 2025, respectivamente).

Rússia e China, diferentemente dos outros países-membros do BRICS, possuem assentos permanentes no CSNU - gozando, assim, de maior influência no sistema das Nações Unidas. Ainda assim, os dois países, através das declarações do BRICS, comprometeram-se com a defesa de uma participação mais expressiva de Brasil, Índia e África do Sul na ONU e em seu Conselho de Segurança - uma demanda de muito peso para a diplomacia destes três países.

Como apontam Rodriguez e Oliveira (2024), durante a última Cúpula do agrupamento, em Kazan, os países BRICS destacaram seu apoio a uma reforma das Nações Unidas, incluindo o CSNU, com o objetivo de torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente,

e de aumentar a representação dos países em desenvolvimento entre os membros do Conselho (BRICS, 2024). Sendo coerentes com a entrada de novos membros, esta Declaração não defendeu nominalmente um papel mais expressivo de Índia, Brasil e África do Sul nas Nações Unidas, como fazia nos textos anteriores (Rodriguez e Oliveira, 2024).

No que tange a agenda comum dos países BRICS em torno da governança global, é perceptível uma certa convergência na estratégia de votação destes na ONU. Um caso que evidencia bem isso é uma resolução recente sobre a crise Israel-Palestina, na qual apenas Índia e Etiópia se abstiveram, ao passo que todos os países do agrupamento votaram a

favor. Na caso envolvendo a invasão russa na Ucrânia, é visível também um certo grau de convergência na votação: entre os membros originais do BRICS, o Brasil foi o único a votar pela retirada das tropas russas da Ucrânia - Egito e Emirados Árabes Unidos, integrados ao BRICS em 2023, ou seja, um ano após a resolução, votaram também alinhados ao Ocidente. Em uma resolução condenando a violação de direitos humanos na Síria em 2017 também nota-se certo grau de alinhamento entre a política externa dos países BRICS: apenas Brasil e EAU votaram como o Ocidente, enquanto Rússia, China e Irã foram contrários à condenação do regime de Bashar al-Assad - os demais se abstiveram.

Tabela 04: Registros de votação do BRICS em resoluções da ONU

	Resolução sobre a crise Israel-Palestina 27/10/2023	Resolução sobre o conflito Rússia-Ucrânia 02/03/2022	Resolução sobre direitos humanos na Síria 19/12/2017
Brasil	A favor	A favor	A favor
Rússia	A favor	Contra	Contra
Índia	Abstenção	Abstenção	Abstenção
China	A favor	Abstenção	Contra
África do Sul	A favor	Abstenção	Abstenção
Egito	A favor	A favor	Abstenção
Emirados Árabes Unidos	A favor	A favor	A favor
Etiópia	Abstenção	Abstenção	Abstenção
Irã	A favor	Ausente	Contra
Indonésia	A favor	A favor	Abstenção

Fonte: Elaboração própria a partir de Organização das Nações Unidas, s.d.

O engajamento da sociedade civil no BRICS

No que diz respeito à participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nos processos do BRICS, é previsível imaginar que as temáticas internacionais do agrupamento estejam distantes das pautas locais e nacionais (Garcia, 2014). No entanto, como pontua Graciela Rodriguez (2024), coordenadora da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP), em um mundo cada vez mais globalizado, a geopolítica internacional tem se tornado cada vez mais importante para a agenda das organizações sociais.

Nesse sentido, existe um histórico consistente de engajamento social no contexto do BRICS, principalmente por parte das sociedade civil brasileira, sul-africana e indiana. Desde a Cúpula realizada em Durban, na África do Sul, em 2013, a sociedade civil tem promovido eventos e seminários paralelos à Cúpula dos líderes, visando criar sinergias, fortalecer suas redes de articulação e desenvolver estratégias conjuntas de ação. Esses atores se opõem, principalmente, aos sistemas multilaterais definidos como de exploração que acentuam o desenvolvimento desigual, a destruição ecológica e outras injustiças em nível global intensificadas pelo capitalismo dos países BRICS.

Como argumenta Garcia (2014), “construir os BRICS pelas bases” é um processo mais lento do que o dos governos. Segundo a autora, isso se deve principalmente às diferenças nas realidades sociais dos países, bem como à dificuldade dos movimentos se comunicarem em inglês (principalmente os de fora da Índia e da África do Sul). Garcia aponta também para as diferenças nas relações desses movimentos com seus Estados: organizações chinesas e russas tendem a estar mais próximas de seus governos, diferindo em posicionamento em relação à economia verde, ao extrativismo e à participação social.

Em paralelo à V Cúpula dos BRICS, em Durban, aconteceu a primeira edição do “BRICS from below”, encontro de movimentos sociais de base, sindicatos e acadêmicos. Por sua vez, em paralelo a VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza, ocorreram os “Diálogos sobre Desenvolvimento: os BRICS na perspectiva dos povos”. O evento foi organizado por centrais sindicais e ONGs brasileiras com participação de organizações da África, América do Sul, Europa e EUA. Ainda neste ano, merece destaque a grande participação dos movimentos de mulheres na organização do “Primeiro Fórum das Mulheres dos BRICS”. O evento é



Sob a presidência chinesa, em 2017 e 2022, aconteceu o **Fórum de Partidos políticos, Think Tanks e organizações da sociedade civil do BRICS**, em Fuzhou e de forma virtual, respectivamente.

A coordenadora da Rebrip afirma que há um interesse dos movimentos sociais em abrir canais novos de participação, articulação e incidência social na arquitetura do BRICS. Por exemplo, faz-se importante a formalização institucional de um mecanismo de participação da sociedade civil, com o objetivo de fomentar o diálogo com os governos do agrupamento, possibilitando, assim, que as demandas populares sejam consideradas.

Fontes consultadas

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a institucionalização do BRICS. IN: BAUMANN, Renato. BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015.

ARNOLD, Theryn D. De-dollarization and global sovereignty: BRICS' quest for a new financial paradigm. *Human Geography*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/19427786241266896>. Acesso em 05 de novembro de 2024.

AZERA, Érico. Os BRICS no G20: do consenso reformista à individualização das agendas. *BPC Policy Brief*, v. 14 n. 01, janeiro de 2024. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/publications/os-brics-no-g20-do-consenso-reformista-a-individualizacao-das-agendas/>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

BOND, Patrick. GARCIA, Ana. BRICS from above, commoning from below. IN: Hosseini, S. A. Hamed et al (org). *The Routledge Handbook of Transformative Global Studies*. Londres: Routledge, 2020.

BRASIL. Alckmin e Dilma formalizam R\$ 5,7 bilhões do Banco do Brics para o Rio Grande do Sul. Brasil, 05 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/alckmin-e-dilma-formalizam-r-5-7-bilhoes-do-banco-dos-brics-para-o-rio-grande-do-sul>. Acesso em 04 de novembro de 2024.

BRIC. 2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement. Brasília: BRIC, 15 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRIC. BRIC Foreign Affairs Ministers' Meeting. Ecatimburgo: BRIC, 16 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/080516-foreign.html>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

BRIC. Yekaterinburg Declaration. Ecatimburgo: BRIC, 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2009/Yekaterinburg-Declaration-2009.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

BRICS. Beijing Declaration. Pequim: BRICS, 23 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/xiv-brics-summit-beijing-declaration>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. BRICS Architecture. BRICS, 2023a. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/brics-architecture/>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

BRICS. Declaração de Kazan. Kazan: BRICS, 23 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em 23 de outubro de 2024.

BRICS. Delhi Declaration. Nova Déli: BRICS, 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024

BRICS. eThekwini Declaration. Durban: BRICS, 27 de março de 2013. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/130327-statement.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024

BRICS. Fortaleza Declaration. Fortaleza: BRICS, 15 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-leaders.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024

BRICS. Goa Declaration. Goa: BRICS, 16 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/161016-go.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. Johannesburg Declaration. Joanesburgo: BRICS, 26 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/180726-johannesburg.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. Johannesburg II Declaration. Joanesburgo: BRICS, 23 de agosto de 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. Moscow Declaration. Moscou: BRICS, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/xii-brics-summit-moscow-declaration>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. New Delhi Declaration. Nova Déli: BRICS, 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/xiii-brics-summit-new-delhi-declaration>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. Sanya Declaration. Sanya: BRICS, 14 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/110414-leaders.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024.

BRICS. Ufa Declaration. Ufá: BRICS, 9 de julho de 2015. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-declaration_en.html. Acesso em 7 de outubro de 2024

BRICS. Xiamen Declaration. Xiamen: BRICS, 4 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/170904-xiamen.html>. Acesso em 7 de outubro de 2024

BRICS BUSINESS COUNCIL. About. BRICS Business Council, s.d. Disponível em: <https://sabrictsbusinesscouncil.co.za/>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

BRICS DOS POVOS. Programação. BRICS dos Povos, 11 de novembro de 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fo5TYCLKb4elV67X-smeY8jJBybO_di/view. Acesso em 18 de novembro de 2024.

BRICS WBA. Quem somos. BRICS WBA s.d. Disponível em: <https://bricswomen.com/pt/about/>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

BTTC. About. BTTC, s.d. Disponível em: <https://bricsthinktankscouncil.org/>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

COMEX STAT. Dados gerais. Comex Stat, s.d. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

COZENDEY, Carlos Márcio. BRIC a BRICS em um mundo em transição. IN: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. Brasília: FUNAG, 2013.

CUNHA, André Moreira; PERUFFO, Luiza; FERRARI, Andrés. Os BRICS e a “Desdolarização”. FCE UFRGS, 22 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/os-brics-e-a-desdolarizacao/>. Acesso em 5 de novembro de 2024.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia. Planalto, 23 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/10/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-plenaria-aberta-da-xvi-cupula-do-brics-na-russia>. Acesso em 24 de outubro de 2024.

FMI. Coordinated Direct Investment Survey (CDIS). FMI, s.d. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=40313609-f037-48c1-84b1-e1f1ce54d6d5>. Acesso em 16 de novembro de 2024.

GABUEV, Alexander; STUENKEL, Oliver. The Battle for the BRICS: Why the Future of the Bloc Will Shape Global Order. *Foreign Affairs*, 24 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russia/battle-brics>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

GARCIA, Ana. Os BRICS e a sociedade civil: construindo os BRICS pelas bases? *Conjuntura Internacional*, v. 11, n. 2, p. 15 - 21, 2014.

HERRERO, Alicia Garcia. Potential Geoeconomic and Geopolitical Consequences of an Expanded BRICS. *EconPol Forum* 25 (1), 2024, p. 05-09. Disponível em: <https://www.cesifo.org/en/publications/2024/article-journal/geoeconomic-and-geopolitical-consequences-expanded-brics>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

LARINOVA, Marina. The rise of new institutions. IN: LARINOVA, Marina; KIRTON, John J. (Org.). *BRICS and Global Governance*. Routledge, 2018.

LEÃO, Valdemar Carneiro. BRICS: identidade e agenda econômica. IN: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013.

LIMA, Marcos Costa. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. IN: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013.

MATOSO, Filipe. Brasil assume presidência do Brics a partir de 2025, saiba temas que serão debatidos. *G1*, 21 de outubro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/21/brasil-assume-presidencia-do-brics-a-partir-de-2025-saiba-temas-que-serao-debatidos.ghtml>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

MODI, Narendra. English Translation of Prime Minister's Remarks at the Open Plenary of the 16th BRICS Summit. MEA, 23 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/38453/English_Translation_of_Prime_Ministers_Remarks_at_the_Open_Plenary_of_the_16th_BRICS_Summit. Acesso em 25 de outubro de 2024.

NDB. Focus Areas. NDB, s.d. a. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/focus-areas/>. Acesso em 25 de outubro de 2024.

NDB. General Strategy (2022-2026). NDB, 2022. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2024.

NDB. New Development Bank COVID-19 Response Programme. NDB, s.d. b. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/covid-19-emergency-assistance-info-hub/>. Acesso em 25 de outubro de 2024.

NDB. Projects. NDB, s.d. c. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/>. Acesso em 25 de outubro de 2024.

Organização das Nações Unidas. Voting records. ONU, s.d. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/search?ln=en&cc=Voting+Data&gl=1*1y6d2ql*_ga*MTQ5MDc1ODcwOS4xNzMwMjlyOTg2*_ga_TK9BQL5X7Z*MTczMDMyMzk4My4zLjEuMTczMDMyNDAxNS4wLjAuMA. Acesso em 30 de outubro de 2024.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Global Economics Paper No: 66. Goldman Sachs, 30 de novembro de 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/goldman-sachs-research/building-better>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

PEOPLE'S FORUM ON BRICS. Call for solidarity and participation | People's Forum on BRICS. People's Forum on BRICS, 5 de outubro de 2016. Disponível em: <https://peoplesbrics.wordpress.com/2016/10/05/call-for-solidarity-and-participation-peoples-forum-on-brics/>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

RAMALHO, Antonio Jorge. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades. IN: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. Brasília: FUNAG, 2013.

XI, JINPING. Address by Chinese President Xi Jinping at 16th BRICS Summit. PRC, 24 de outubro de 2024. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202410/24/content_WS67196533c6d0868f4e8ec3b9.html. Acesso em 24 de outubro de 2024.

Entrevista

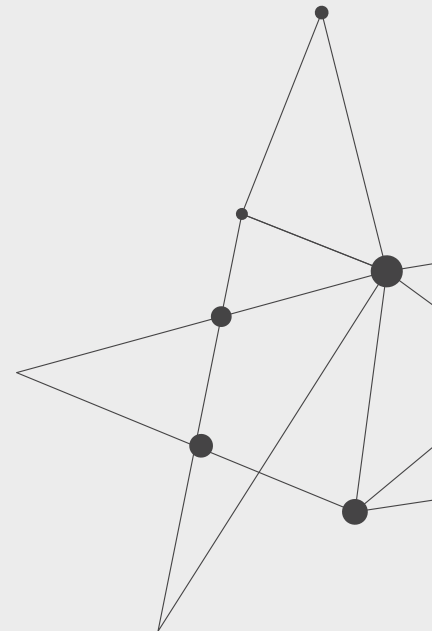
RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista sobre a Cúpula dos Povos. Entrevista concedida a Renan Canellas. Virtual, 29 de novembro de 2024.



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS BRICS

Rua das Laranjeiras, 307, 3º andar – Casas Casadas
Laranjeiras. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22240-004

www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org



 BRICSPC

 BRICS POLICY CENTER

 BRICS POLICY CENTER

 BRICSPOLICY

 BRICSPOLICYCENTER

